

Antonia Arisdélia F. M. A. Feitosa
*Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Professora da UFCG, DCEN, Centro de
Formação de Professores, Campus IV.*

Takako Watanabe
*Doutora em Hidrobiologia. Professora da UFPB, PRODEMA (Programa Regional de Pós-
Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPB).*

Marilda A. de Menezes
*Doutora em Sociologia. Professora da UFCG, PPGS (Programa de Pós-Graduação em
Sociologia), Base de Campina Grande-PB. E-mail: marildamenezes@uol.com.br*

Raízes

Vol. 21, Nº 01, jan.-jun./2002

A r t i g o

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO: O CASO DO PARQUE ECOLÓGICO DE ENGENHEIRO ÁVIDOS – PB

RESUMO

Este trabalho é resultado de um estudo sobre a criação do Parque Ecológico de Engenheiro Ávidos, no município de Cajazeiras-PB. Foram investigadas as formas de organização da produção, o grau de envolvimento dos agricultores e pescadores, com a criação e implantação, bem como as expectativas advindas do empreendimento. Os sujeitos combinam agricultura, pesca e extrativismo vegetal, em base às características naturais dos ecossistemas, e do saber construído pelo grupo, através das orientações dos idosos. Os resultados apontam para a necessidade de repensar as formas de gestão dos Parques Ecológicos, de modo a contemplar a participação dos grupos sociais envolvidos.

Palavras-chave: Unidade de Conservação – Agentes sociais – Participação.

ABSTRACT

This article is the result of a research on the creation of Engenheiro Ávidos Ecological Park, in the municipality of Cajazeiras-PB. We investigated the forms of organization of production, the level of involvement of peasants and fishermen with the process of creation and implantation, as well as their expectations regarding possible changes coming out of this enterprise. The research was based on techniques of participant observation, questionnaires and semi-structured interviews. The social agents carry out activities by combining agriculture, fishing and vegetal extraction, while basing themselves upon both the natural characteristics of the ecosystems and group knowledge. This has been built-up by the group's own experience with the environment and knowledge transmitted by the elders. The results point out the need to rethink the forms of ecological park management, in order to contemplate the participation of the social groups involved.

Key-words: Conservation Units – Social Agents – Participation.

INTRODUÇÃO

A diversidade biológica mundial é um fator essencial para o equilíbrio da sociedade e da natureza, pois tanto contribui através de produtos alimentares, farmacêuticos e de uso industrial (derivados da fauna e flora), quanto participa da manutenção dos grandes ciclos ambientais do Planeta, através da funcionalidade dos seus diferentes ecossistemas.

O valor da conservação de ecossistemas naturais tem sido amplamente discutido por vários autores (MARGALEF, 1982; ODUM, 1998; DREW, 1999). A implantação de Unidades de Conservação, além de permitir a preservação “*in situ*” de parcela representativa de uma área am-

bientalmente valiosa, prevê forma de manejo que assegure a disponibilidade de seus recursos naturais (SILVA, 1999: 01).

A Unidade de Conservação é um espaço territorial delimitado, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos, sob regime específico de administração – ao qual se aplicam adequadas garantias de proteção (SNUC, 2000).

A criação de Parques e Reservas tem sido uma das principais estratégias para conservação da natureza, em particular nos países do Terceiro Mundo. O objetivo geral dessas áreas naturais protegidas é preservar espaços com

atributos ecológicos importantes. Porém, as formas convencionais de instalação destas unidades vêm ocorrendo sem a preocupação de analisar a dinâmica social das comunidades ligadas à área.

O presente trabalho visa contribuir, nesse sentido, através do estudo das formas de organização produtiva existentes no então Açude de Engenheiro Ávidos, bem como da percepção dos diferentes grupos sociais em relação à implantação do Parque Ecológico de Engenheiro Ávidos. A pesquisa teve início em novembro de 1998, foi concluída em fevereiro de 2000 e recebeu incentivo financeiro do World Wildlife Fund (WWF)*.

1. A CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (NO MUNDO, NO BRASIL, NO NORDESTE)

A concepção de áreas protegidas provém do século passado, embora, segundo THOMAS (1989: 18), essas idéias permeassem o mundo europeu já entre os séculos XV e XVIII.

No começo da revolução industrial, a vida nas cidades, antes valorizada como sinal de civilização, em oposição à rusticidade da vida no campo, passou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável. Atitudes de contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e isolamento espiritual, originaram-se de um certo sentimento de repulsa social contra a agregação que surgiu com o crescimento populacional, principalmente na Inglaterra.

Os escritores românticos constituíram um grupo social de importante papel nesse processo. Na Europa, eles sensibilizaram a humanidade e fizeram da busca do que restava de *natureza selvagem* o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário, do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime (DIEGUES, 1996: 24).

Essas idéias, no século XIX, exerceram grande influência na criação de áreas naturais protegidas, consideradas como *ilhas* de grande beleza estética, que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada.

É neste contexto que se insere o conceito, originário dos E.U.A., de Parque Nacional como área natural, selvagem. A noção de *Wilderness* (vida natural/selvagem), representava os parques como grandes áreas não habitadas.

Em 1 de março de 1872, o Congresso dos E.U.A., criou o *Parque Nacional de Yellowstone*, determinando que a região fosse reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida, segundo as leis dos E.U.A., definindo o parque público como área de recreação, para benefício e desfrute do povo, e que toda pessoa, que se estabelecesse ou ocupasse aquele parque, ou qualquer de suas partes (exceto as já estipuladas), fosse considerada infratora e, portanto, desalojada.

O modelo de conservacionismo norte-americano espalhou-se rapidamente pelo mundo, recriando a dicotomia entre *ocupação humana* e *parques*. Como essa ideologia também se expandiu para os países em desenvolvimento, seu efeito negativo foi perceptível, sobretudo para as *Populações Tradicionais*, de atividades extrativistas, pescadores e índios, gerando sérios problemas socioeconômicos e ambientais, que constituem o que se define como “crise da conservação” (DIEGUES, 1996: 37).

No Brasil, ainda são limitadas as discussões sobre os valores, idéias e percepções subjacentes à conservação da natureza. A primeira idéia proposta, sobre criação de parques nacionais, partiu do abolicionista André Rebouças, em 1876, que tinha como modelo os parques norte-americanos (CÂMARA & BRITO, 1999: 68).

O primeiro Parque Nacional criado foi *Itatiaia*, em 1937, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas. Os parques nacionais e categorias similares também são, no Brasil, áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais e excepcionais, devendo possuir atração significativa para o público, oferecendo oportunidade de recreação e educação ambiental. A atração e o uso são sempre destinados às populações externas à área, e desconsideram as populações tradicionais.

A expansão do número de Parques Nacionais foi bastante lenta, e, apenas, em 1948, foi criado o Parque Nacional de Paulo Afonso. A partir da década de 1960, com a expansão da fronteira agrícola e a destruição de florestas, foram criados parques em outras regiões. Entre 1959 e 1961, foram criados doze parques nacionais (DIEGUES, 1996: 114).

O Decreto nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), cabendo-lhe a administração das unidades de conservação. Em 1979, o IBDF elaborou o Plano de Sistema de Unidades de Conservação no Brasil, cujo objetivo princi-

* Ao qual agradecemos o apoio concedido.

pal era o estudo detalhado das regiões propostas como prioritárias para a implantação de novas unidades. A partir de 1973, coube ao IBDF e também à Secretaria do Meio Ambiente Federal (SEMA) a implantação das Unidades de Conservação.

Em 1989, com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o estabelecimento e a administração das Unidades de Conservação passaram para esse novo órgão. Nesse ano, o instituto encomendou à *Funatura* – organização não-governamental – uma reavaliação do Plano de Sistema de Unidades de Conservação, estabelecido em 1979. A proposta, contida na publicação “Sistema de Unidades de Conservação: Aspectos Legais” (Brasília, 1989), parte dos mesmos princípios que nortearam o estabelecimento de Unidades de Conservação nos países industrializados, sem atentar para a especificidade existente em países em desenvolvimento como o Brasil.

Um acontecimento importante nos últimos anos, na área de conservação do meio ambiente, foi a aproximação de técnicos e acadêmicos com a sociedade em geral. A participação das comunidades e lideranças da região, além dos diferentes atores envolvidos com as unidades, em todas as etapas do planejamento (por meio de reuniões e *Workshops* participativos para a definição e implementação de ações), tem sido, freqüentemente, executada através de parcerias entre entidades não-governamentais e governo.

Em 1992, uma nova proposta do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi enviada ao Congresso, e, depois de tramitar durante 07 (sete) anos, foi aprovada na Comissão do Meio Ambiente da Câmara; no dia seguinte, 10 de junho de 1999, entrou em votação no plenário, sendo aprovada sem problemas.

O texto aprovado, no entanto, não é exatamente aquele discutido e condensado entre os representantes das ONGs, as comunidades e a própria área ambiental do governo. Várias alterações foram feitas durante um encontro de última hora, envolvendo, unicamente, o deputado Fernando Gabeira – PV/RJ (autor da proposta) e representantes da casa civil, do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA (WWF, 1999:01).

O Brasil, atualmente, dispõe de um extenso quadro de Unidades de Conservação. No âmbito federal, essas unidades dividem-se em várias categorias de manejo. Sem incluir as reservas indígenas, são, ao todo, 184 unidades, com área total de 39.068.211 ha ou 390,7 mil km², que correspondem a 4,59 % do território brasileiro (BRASIL, 1998: 66).

A maior extensão de áreas protegidas estaduais, por estado, encontra-se na Região Norte, que concentra 49% dessas áreas e 12% das Unidades de Conservação estaduais do país. A Região Sul, por outro lado, é a que apresenta menor extensão de ecossistemas nativos protegidos por Unidades de Conservação estaduais.

No âmbito dos municípios, existem também sistemas organizados de áreas protegidas, em geral, vinculados às respectivas Secretarias de Meio Ambiente e com dotações nos respectivos orçamentos. Adicionalmente, muitas Universidades e Institutos de Pesquisa estabelecem e protegem significativas áreas de Reservas Ecológicas/Florestais, com finalidade científica/experimental, além da conservação.

Algumas organizações privadas, muitas delas vinculadas ao turismo ecológico, administram áreas protegidas, com a finalidade de conservação. Várias Organizações Não-governamentais (ONGs) conservacionistas mantêm reservas particulares ou santuários ecológicos.

Segundo o relatório “*Áreas Protegidas ou Espaços Ameaçados?*”, divulgado pelo WWF (1999: 01), o Brasil é um dos países com a maior biodiversidade no mundo, mas é também um dos que menos protege a natureza. Aquele relatório mostra que 75% dos parques e reservas nacionais estão ameaçados, devido à deficiente implementação de atividades e à vulnerabilidade desses ecossistemas. Entre os problemas, pode-se mencionar que os parques e reservas não têm suas terras completamente regularizadas nem demarcadas e não possuem equipamentos ou funcionários em número suficiente para fiscalizar e administrar a área. O resultado é que a área efetivamente protegida, no Brasil, é menor do que o indicado nas estatísticas oficiais, demonstrando que os parques e reservas brasileiras não cumprem seu papel básico: proteger mananciais e espécies ameaçadas, servir para pesquisa científica e, em certos casos, permitir o contato com a natureza, através do ecoturismo e educação ambiental. Além da precariedade, as áreas protegidas estão distribuídas entre os diversos biomas.

Na porção semi-árida nordestina, existem 23 unidades de conservação que apresentam alguma forma de vegetação de caatinga. Estas unidades de conservação são, em sua grande maioria, bastante antigas e, por ocasião de sua criação, não havia uma metodologia de seleção e criação adotada nacionalmente (SILVA, 1999: 01).

Segundo o Plano Nacional de Combate à Desertificação (PNCD, 1998: 3-5), as unidades de conservação da porção semi-árida, de acordo com o PL 289/92, que define o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

(SNUC), se enquadram nas seguintes categorias: Unidades de Proteção Integral; Unidades de Uso Sustentável; Área de Proteção Permanente; Área sob Proteção Especial; Reserva Florestal; Parque Ecológico; e, por fim, Reserva Ecológica.

Estudos promovidos pelo Projeto Áridas (*apud* PNCD, 1999:04), sobre o aspecto funcional das Unidades de Conservação do semi-árido, revelaram que a degradação das referidas unidades se deve à caça de animais silvestres, criação de animais domésticos e retirada seletiva de madeira. Outros problemas dizem respeito ao processo de visitação desordenado, bem como ao desconhecimento, por parte da comunidade em geral, sobre a finalidade da Unidade de Conservação.

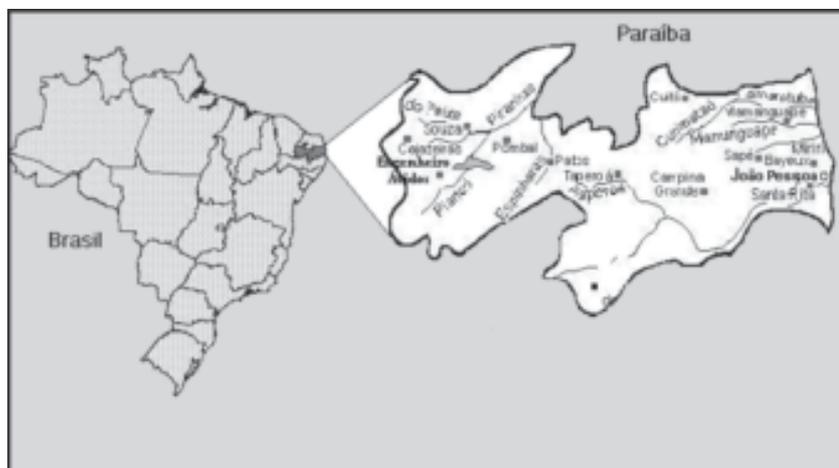
2. CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DE ENGENHEIRO ÁVIDOS

Numa visão geral, o Parque Ecológico de Engenheiro Ávidos compõe-se de diversos tipos de ecossistemas: *aquáticos*, representados pelo Açude de Piranhas, córregos e lagoas marginais; e *terrestres*, representados pela vegetação nativa e áreas agricultáveis.

Registros da ATECEL/UFPB e DNOCS (1999: 19) revelam que o Distrito de Engenheiro Ávidos está situado a oeste do estado da Paraíba, no nordeste do Brasil, entre as coordenadas geográficas 6° 50' e 7° 25', de latitude sul, e 38° 10' e 38° 40', de longitude a oeste (de Greenwich).

O regime pluviométrico da região apresenta-se com chuvas de grande intensidade, concentradas em pequenos intervalos de tempo, verificando-se que a maior parte das precipitações (80%) ocorre nos meses de janeiro a abril e, no restante do ano, a região fica sujeita a uma estiagem prolongada. A média anual está em torno de 870mm, dos quais aproximadamente 67% ocorrem no trimestre mais chuvoso – fevereiro, maio e abril. De acordo com a classificação de Köppen, o clima da região é do tipo Awig – clima tropical úmido, com chuvas de verão-outono, influenciado pela Frente de Convergência Intertropical (CIT), apresentando maiores temperaturas médias nos meses de

Figura 1:
Macrolocalização do Distrito de Engenheiro Ávidos.



Fonte: Atlas Geográfico do Estado da Paraíba. João Pessoa. Grafset, 1985: 45.

novembro e dezembro. A temperatura média mensal varia entre 24,9° e 28,7°, mostrando uma amplitude de variação de cerca de 3,8°C. A umidade relativa do ar apresenta uma média em torno de 62%. O período de menor umidade compreende os meses de setembro a novembro (SUDENE/ATECEL, 1999: 20). Os dados da insolação média mensal apresentam um valor médio de 8,7 horas por dia, e a taxa de evaporação é cerca de 2.2 mm anuais (PDRH/SCIENTEC, *apud* ATECEL/UFPB 1999:24-25). Quanto aos ventos, estes são em geral fracos ou moderados, apresentando uma velocidade média ao longo do ano de 1,7 m/s, com direção Sudeste e Nordeste (SUDENE, 1999, *apud* ATECEL/UFPB, 1999: 21). O relevo da região está dividido entre plano-suave, suave-ondulado e ondulado.

A área do Parque Ecológico de Engenheiro Ávidos foi escolhida para este estudo devido a alguns fatores determinantes; entre eles, a vinculação da UFPB ao seu processo de implantação e a oportunidade de subsidiar, com informações socioambientais, as atividades de consolidação do Parque como Unidade de Conservação.

O referido Parque, criado em 08 de agosto de 1997, com base na Lei Orgânica do Município, Título V, art. 236, § I, através do Anteprojeto de Lei N° 25/97, foi sancionado e transformado em Lei Municipal, n° 1.147/97, pelo Prefeito do Município de Cajazeiras, em 29/08/97.

De acordo com a Lei, o Distrito de Engenheiro Ávidos, no município de Cajazeiras – PB, passa a ter uma reserva que compreende a área da bacia do Açude de Pi-

ranhas e suas margens, onde se encontram elementos naturais de potencial valor ecológico. Como Unidade de Conservação, o Parque Ecológico tem o objetivo de preservar a vegetação nativa e a fauna da região, além de promover o ecoturismo e a educação ambiental. Porém, o decreto de sua criação não menciona os limites geográficos, a situação fundiária, nem as atividades a serem desenvolvidas nas áreas circunvizinhas.

As ações políticas relacionadas à criação, implantação, fiscalização e gerenciamento são das esferas federal (IBAMA, DNOCS), estadual (SUDEMA) e municipal (Departamento de Meio Ambiente).

Atualmente, a área recebe visitas de pesquisadores (UFPB, CEFET/PB) e técnicos de várias instituições (SUDEMA, IBAMA, DNOCS). É importante frisar também as visitas empreendidas pela Empresa de Turismo da Paraíba (PBTUR) e agentes da Caixa Econômica Federal (CEF), que vêm pesquisando as potencialidades locais, para futuros investimentos.

A área é usada pela população local, em atividades de lazer, pesca e agricultura de subsistência, através de entendimento com a chefia da Unidade do DNOCS, sediada no Distrito de Engenheiro Ávidos.

O Projeto de delimitação da área do Parque Ecológico não foi concluído e, neste sentido, o espaço físico ainda não está definido em termos de mapeamento. Por tratar-se de uma unidade municipal, a administração está sob responsabilidade do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Cajazeiras.

As parcerias entre os órgãos envolvidos (DNOCS, IBAMA, SUDEMA, UFPB, CEFET e ONGs) vêm ocorrendo gradativamente, durante, praticamente, os quatro anos de sua criação. É importante salientar que os estudos e ações desenvolvidas na área não são fruto de um programa institucional do município, mas, sim, da iniciativa das entidades interessadas em contribuir para uma proposta de implantação mais adequada à realidade. Desta forma, os estudos técnicos preliminares sobre a biodiversidade e as potencialidades existentes na área estão constituindo a fase de implantação do referido Parque. Por outro lado, merece destaque o trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária do Distrito de Engenheiro Ávidos que, desde dezembro de 1998, vem atuando junto à comunidade, no sentido de envolvê-la nas discussões referentes às perspectivas de funcionamento da área. Tais empreendimentos revelam a possibilidade de que uma proposta de gerenciamento seja elaborada com base na realidade local.

3. CRIAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DE ENGENHEIRO ÁVIDOS E SUA INFLUÊNCIA NA VIDA DA COMUNIDADE

A maioria das UCs, no Brasil, foram criadas durante a década de 70, quando a autoridade do governo era praticamente absoluta. As áreas protegidas foram criadas por decreto, sem nenhuma tentativa de envolver a sociedade e muito menos as populações locais. Essa política autoritária de criação de Unidades de Conservação, em áreas ocupadas por populações, tem gerado sérios conflitos entre os envolvidos. O debate sobre a presença de populações tradicionais em áreas protegidas está relacionado ao próprio papel do Estado na criação, implantação e gestão dessas áreas.

A discussão em torno deste tema vem ocorrendo desde 1987 e, desde então, já se mostrava bastante polêmica. Os conflitos não são causados pela insuficiente fiscalização e controle do Estado, mas, sim, pelas próprias características do modelo, incompatível com os arranjos socioprodutivos estabelecidos nestas áreas.

A criação de áreas naturais protegidas, em territórios ocupados por populações tradicionais, é percebida como uma usurpação de seus direitos à terra, onde viveram seus antepassados – o espaço coletivo no qual se realiza um modo de vida distinto do urbano-industrial. Essas comunidades tradicionais representam, simbolicamente, esse espaço como meio de subsistência, onde se realizam processos de produção, relações de trabalho e se organizam as interações sociais: “O lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído” (REIGOTA, 1997: 14).

Um aspecto relevante na definição de Culturas Tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais, marcados pelo respeito aos ciclos naturais. Sua exploração obedece à capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais, revelam a existência de um complexo de conhecimentos, adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (DIEGUES, 1996: 84-85).

As populações tradicionais transferidas por força da criação de uma área natural de conservação manifestam sua insatisfação através de várias formas, sendo uma delas a exploração *ilegal* dos recursos naturais sobre os quais, anteriormente, tinham domínio.

4. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

O Distrito de Engenheiro Ávidos formou-se às margens do “Açude de Piranhas”, administrado, inicialmente, pelo Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), logo após sua construção (1936) e, a partir de 1945, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Cerca de 500 famílias que vivem nessa região têm a pesca e a agricultura como principais fontes produtivas. Trata-se, pois, de uma área privilegiada, no sertão paraibano, pelo potencial hídrico que possui, desencadeando características microclimáticas e paisagísticas diferenciadas de todo o espaço circundante. Porém, todo o processo de utilização da área se fundamenta em atividades extrativistas, para a obtenção de produtos de origem pastoril, agrícola ou madeireira, a exemplo do que acontece com toda a área da caatinga, no nordeste brasileiro.

Os agentes sociais – agricultores e pescadores – são, na sua maioria, provenientes de municípios vizinhos e até mesmo de outros estados. Durante as primeiras décadas, após a construção do açude de Engenheiro Ávidos (1940 – 1950), se registrou um alto índice migratório de famílias, para o referido Distrito, em busca de espaço para desenvolver atividades de subsistência – como agricultura e pesca. Assim, a comunidade se formou e, atualmente, corresponde a cerca de 500 famílias, conforme informação obtida na Associação Comunitária local.

No Distrito de Engenheiro Ávidos, as atividades produtivas se organizam condicionadas aos aspectos hídricos locais e aos critérios administrativos dos órgãos gerenciadores da área. O processo de uso e ocupação das áreas gerenciadas pelo DNOCS vem ocorrendo, ao longo dos anos, sob critérios e autorização do órgão, através da Portaria Nº 01-060, de 06 de janeiro de 1983, que define as *Normas Técnicas para Administração das Terras de Montante, não Incluídas nos Projetos Específicos de Valorização e de Jusante Irrigados dos Açudes Públicos do DNOCS e Fornecimento D’água para Irrigação*. Baseada nas diretrizes estabelecidas no referido documento, a administração da entidade orienta as relações de usufruto da população humana com relação aos recursos disponíveis nas áreas mencionadas.

Os arranjos sociais, bem como os processos produtivos, foram construídos a partir de critérios definidos pelo órgão gerenciador, em termos de *efetivação de contratos de cessão remunerada de uso; demarcação de lotes secos e de vazantes; finalidades e autorizações; obrigações gerais dos ces-*

sionários; proibições; recomendações; infrações e multas; rescisão do contrato (DNOCS, 1983: 04-09).

Para a regularização do processo, através do *Contrato de Cessão Remunerada de Uso*, o órgão faz algumas exigências; entre elas, podemos citar: já estar estabelecido no lote; não possuir terras e ser responsável pôr família numerosa; ser proprietário de terras insuficientes para a manutenção de sua família. Atendidas essas exigências, fica o cessionário com o direito de uso temporário da área, pelo período de um ano, mediante direitos e obrigações que são estipulados em cláusulas contratuais. O valor a ser pago pela cessão de uso é determinado pelo órgão, havendo possibilidade de renovação por até 07 anos, a critério do DNOCS. Nesse caso, o usuário deverá, três meses antes do vencimento do prazo, comunicar à administração o desejo de continuar a explorar a área cedida. Embora esta seja uma orientação oficial do órgão, as famílias concessionárias do Distrito de Engenheiro Ávidos atendem às exigências iniciais para a concessão, porém, permanecem na área e não se submetem aos demais critérios contratuais.

Todos os agricultores e pescadores são vinculados a órgãos públicos. O grupo de agricultores, mesmo sob gerenciamento do DNOCS, não dispõe de registro oficial, não tendo, assim, obrigações financeiras com o órgão. Em relação ao apoio institucional, concedido ao grupo por seus respectivos órgãos, os agricultores expressam, unanimemente, não usufruírem de nenhum serviço neste sentido. O grupo de pescadores manifestou certa insatisfação quanto à prestação de serviços do IBAMA, julgando-o ineficiente, sob a argumentação de que o órgão não exerce a fiscalização necessária na área, permitindo que pescadores clandestinos invadam o açude com a pesca predatória.

Outros aspectos também estudados foram as interações envolvendo atores sociais e seu ambiente, considerando o contato inicial com a área, os locais de maior utilização e os objetivos desse processo de usufruto. As interações, neste estudo, são entendidas como processos de interferências recíprocas, diretas, entre os seres vivos e o ambiente físico (ODUM, 1988:09). Agricultores e pescadores revelaram ter iniciado suas experiências com a área, em geral, há mais de 30 anos, quando ainda adolescentes, estimulados pela necessidade de produzir alimento para subsistência, pela proximidade de moradia, de lazer e atividades da família.

As atividades de agricultura e pesca se complementam na comunidade pesquisada. Geralmente, quando os recursos da pesca não estão suprimindo as necessidades, o pescador passa a desenvolver a agricultura como atividade com-

plementar. Este fato faz com que o local e a intensidade de uso dos recursos naturais se diferenciem entre os agricultores e pescadores.

A administração do DNOCS, durante muitos anos, proibiu a utilização de certas áreas para atividades agrícolas e isto fez com que, embora residindo no distrito de Engenheiro Ávidos há muitos anos, os agricultores não pudessem usá-las. Atualmente, a administração permitiu a ocupação da área destinada ao Parque Ecológico, para atividades agrícolas de subsistência.

As formas de organização da produção na área, pelos agentes sociais integrantes do sistema socioeconômico e ambiental, têm caráter, quase que exclusivamente, de subsistência. Os elementos envolvidos neste sistema estão representados no Quadro 1, que ilustra as atividades desenvolvidas, os recursos utilizados, a tecnologia, os procedimentos adotados e as finalidades das práticas produtivas dos agricultores e pescadores.

As práticas adotadas revelam uma forte interação entre os agentes sociais e o ambiente, caracterizada, tanto pela busca do alimento, quanto pela disponibilidade de recursos ambientais. Nessa interação, estes atores, quando sub-

metidos a limitações climáticas, desenvolvem estratégias alternativas de sobrevivência, como: extração da lenha, produção do carvão, construção de olarias e trabalho em construções civis (essa última, recorrente entre os pescadores).

De acordo com os recursos utilizados, água e solo são fatores limitantes para as atividades agrícolas. Com relação aos pescadores, água e peixes se inter-relacionam, representando a base de todo o processo produtivo. Desde que haja diminuição no volume armazenado d'água, a vida aquática fica comprometida em termos de qualidade na alimentação; disponibilidade de oxigênio; balanço térmico/atividades metabólicas das espécies; aumento da competitividade; enfim, as alterações podem tomar proporções degradadoras na biota aquática. Estes fatores interferem substancialmente na vida do pescador que, provavelmente, deixará de ter as condições de pesca satisfeitas.

Em condições adversas para cada grupo, sejam elas físicas, químicas ou biológicas, as atividades ocorrentes na comunidade (agrícolas e de pesca) se complementam, a partir do momento em que o pescador desenvolve a agricultura como estratégia de sobrevivência. Por outro lado,

Quadro 1:
Formas de organização das atividades produtivas dos agricultores e pescadores do Distrito de Engenheiro Ávidos, no município de Cajazeiras – PB (1999 – 2000).

Agricultores				
Atividades desenvolvidas	Recursos Utilizados	Tecnologia	Procedimentos	Finalidades
Agricultura familiar	Solo, água, vegetação	Enxada, foice, machado, picareta, máquina de pulverizar	Desmatar, brocar, queimar, plantar, limpar, aplicar veneno e colher	Consumo doméstico e troca de produtos
Pesca	Peixes	Vara, anzol, isca e canoa	Procurar locais tranquilos no açude para pescar	Consumo familiar e comércio
Extração de lenha, produção de carvão, construção de olarias	Vegetação, solo, água	Foice, machado, enxada, carro de mão e pá	Cortar a madeira da mata bruta, fazer carvoeira e produzir tijolos na margem do rio	Uso doméstico (lenha e carvão) comercialização (olarias)
Pescadores				
Pesca	Água, peixe	Vara, anzol, isca e canoa	Procurar locais tranquilos no açude para pescar	Consumo e comércio
Agricultura familiar	Solo, água e vegetação	Enxada, foice, machado, picareta, inseticidas, herbicidas	Desmatar, brocar, queimar, plantar, limpar, aplicar veneno e colher	Consumo doméstico
Construções civis (pedreiro e/ou servente)	Solo, água, cimento, tijolos, pedras	Enxada, carro de mão e pá	Preparar materiais e usá-los em construções de residências, quintais etc.	Obtenção de dinheiro para atender às necessidades pessoais e familiares (medicamentos, alimento, vestuários, etc.)

Fonte: FEITOSA (2000: 47)

os agricultores não recorrem à pesca em períodos de estiagem. Assim, torna-se evidente que todos os sujeitos (seja na categoria de agricultores ou pescadores) têm suas atividades condicionadas aos fatores ambientais.

As técnicas tradicionais estão configuradas pelos instrumentos usados para trabalhos braçais, porém se observa a introdução de alguns elementos de modernização, como a adoção de agroquímicos para os tratamentos culturais, mesmo reconhecendo-se os possíveis prejuízos desencadeados por tais produtos.

Os agricultores buscam atividades alternativas, como a extração da madeira e a produção de carvão, para atender ao consumo doméstico. Neste processo, a vegetação é devastada, tanto para a retirada da lenha, como para ser usada na confecção de instrumentos agrícolas, na sustentação de “paredes” em construções de moradias e na delimitação de espaços familiares, destinados à criação de animais domésticos.

Todos os pescadores estudados desenvolvem pesca artesanal e foram, durante muitos anos, prejudicados devido à invasão, ao seu espaço de trabalho, pelos “pescadores clandestinos”, que praticam a pesca utilizando instrumentos inadequados e não permitidos pelo IBA-MA. Embora a pesca seja a profissão predominante na comunidade, só, recentemente (há, aproximadamente, um ano), os pescadores estão se organizando enquanto grupo, através da formação de uma *Colônia de Pescadores* que, atualmente, está sendo implantada com o apoio da Associação Comunitária local.

As áreas agrícolas ocupadas pelos agricultores e pescadores pesquisados se localizam nas terras administradas pelo DNOCS e são usadas para agricultura de subsistência, com o cultivo de feijão (*Vigna unguiculata*), milho (*Zea mays*), melancia (*Citrullus vulgaris*), gergelim (*Sesamum indicum*), maxixe (*Cucumis anguria*), fava (*Phascolus lunatus*) – produtos que atendem à nutrição familiar e, às vezes, são compartilhados entre companheiros e vizinhos etc.

O período de atividade mais intenso na agricultura dá-se entre os meses de dezembro e abril, e corresponde ao período dedicado ao preparo do solo, plantio, tratamentos culturais e colheita. Nos demais meses do ano, consome-se a produção, às vezes, insuficiente ao suprimento alimentar doméstico, e se retorna ao campo para desenvolver atividades alternativas, como: extração da vegetação para lenha,

carvão, vara, estacas e remédio. A lenha, além de servir como combustível nas atividades domésticas, é usada para as fogueiras das festas juninas na comunidade. Outra atividade, também referenciada, é a construção de olarias, como forma de se obter dinheiro para compra de alimento e outros elementos necessários ao uso familiar, como roupas, medicamentos etc.

No grupo de agricultores, um deles, identificado como mateiro¹, se destaca pelo uso diferenciado dos recursos naturais; ele é conhecedor da vegetação predominante na área, pratica a extração e coleta de estruturas vegetais, fornecendo às pessoas da comunidade, que adotam a medicina popular. Esta, por sua vez, é baseada na preparação de xaropes (geralmente indicados como expectorantes) e garrafadas² (indicadas como anti-inflamatório e desinflamatório). Raízes, cascas e folhas são enviadas também para a cidade de Cajazeiras (a 21 Km da comunidade) e até mesmo para o sul do país, onde pessoas amigas residem atualmente. Por este trabalho, às vezes, o mateiro é gratificado; porém, essa atitude não se caracteriza como comercialização.

Em relação aos pescadores, o grupo revelou preferência por horários específicos (das 5h às 8h – manhã e das 17h às 19h – noite). O local, no açude, por eles escolhido, é aleatório e eles geralmente se posicionam, dentro de suas canoas, às margens da lâmina d'água. Durante a pesca, alguns sujeitos se isolam em diferentes pontos; outros revelaram passar o dia no açude e, neste caso, levam consigo alguns produtos para o preparo da refeição (almoço). Eles definem um ponto de encontro (geralmente numa área arborizada às margens do açude) para reunirem-se, após o meio-dia, e prepararem a alimentação. Para esta atividade, cada pescador assume uma tarefa, para que a refeição seja feita o mais rápido possível. Em seguida, retornam às suas atividades normais na água.

5. A IMPORTÂNCIA DOS AGRICULTORES E PESCADORES QUANTO À IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO

Como já relatamos anteriormente, os sujeitos desenvolvem suas atividades combinando agricultura, pesca e extrativismo vegetal. Tal arranjo se define, em primeiro lugar, pelas características naturais dos ecossistemas, responsáveis pela disponibilidade de recursos, e, em segun-

¹ Prático conhecedor de árvores florestais e madeira (TIGRE, 1972).

² Termo usado na comunidade, para indicar o produto derivado de vários tipos de plantas.

do lugar, pela observação dos ciclos naturais. Assim, o processo produtivo encontra-se apoiado no conhecimento acerca dos processos ecológicos ocorrentes, no saber construído pelo grupo, através da convivência no meio ambiente, e nas orientações transmitidas pelos idosos.

Os agricultores concebem todos os recursos existentes como elementos essenciais à manutenção de suas atividades. Solo, água e vegetação correspondem à base de sua sobrevivência.

A gente usa tudo que tem aqui, da água de beber até a agricultura, precisamos o ano todo. A gente vive disso (agricultor, 80 anos, analfabeto, natural e residente em Engenheiro Ávidos).

A manutenção desses recursos, de acordo com o grupo, depende de um apoio institucional, para orientá-lo na prática de atividades mais racionais, em consonância com os preceitos da conservação. As possibilidades de uso estão condicionadas aos objetivos de instituições responsáveis pela área. Esta dependência gera uma insegurança muito forte dentro do grupo, provocando sentimentos diferentes nos sujeitos, que se revelam através das seguintes expressões:

Passamos muitos anos sem ter direito de usar as terras do DNOCS, mas agora que o chefe permitiu, tudo melhorou pra nós e acho que vai continuar dando certo. Se a gente tiver que sair daqui, por ordem do chefe, eu não vejo outro lugar pra trabalhar. Se for trabalhar pra particular, o que se tira ainda não dá pra pagar aos donos da terra. E hoje, nem assim eles querem mais rendeiros. Nós já estamos aqui, e as terras são do Governo. Nós não temos terra, mas precisamos comer. Então, vamos buscar nossos direitos (agricultor, 56 anos, usuário da área há 3 anos, alfabetizado, natural e residente em Engenheiro Ávidos).

Os impactos que a implantação do Parque Ecológico de Engenheiro Ávidos está acarretando sobre os grupos sociais cuja reprodução social depende do acesso aos recursos naturais existentes no território do Parque são parte de um cenário que, atualmente, é alvo de debates em nível mundial. Por isso, investigamos os seguintes aspectos: concepção sobre Parque Ecológico; participação da população nas atividades para a sua criação e implantação; e expectativas de mudanças na área, advindas da consolidação da referida Unidade de Conservação.

As discussões, envolvendo a presença ou não de populações tradicionais em Unidades de Conservação de uso indireto, como é o caso de Parques Ecológicos, têm sido

bastante polarizadas. Existe uma vertente, baseada em princípios conservacionistas do início do século, que considera as ações humanas como degradadoras da natureza e que subvertem o objetivo central destas unidades. Assim sendo, a criação destas áreas é implementada pelo Estado, que centraliza as ações de planejamento do uso da área. Criadas por decretos, o surgimento destas unidades não prevê nenhuma tentativa de envolver as populações locais em debates sobre a conveniência ou não de sua criação. Outra vertente considera que o manejo ambiental é um processo sociocultural e político, através do qual a natureza e a sociedade sofrem modificações. O envolvimento das comunidades locais é indispensável para a proteção dos recursos naturais e deve acontecer desde o início do processo de criação até sua implementação.

Com o objetivo de construir um consenso em torno das propostas legislativas, a fim de se estabelecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no Brasil, foi realizado, em Brasília, no ano de 1996, o *Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação*. As discussões para a estruturação do SNUC prolongaram-se, de 1992 até julho de 1999, de forma polêmica, exatamente devido às diferentes visões sobre o sentido e a função destas Áreas Naturais Protegidas. A questão da presença ou não de populações tradicionais dentro destas Unidades de Conservação foi um dos principais pontos de divergências. Sobre este tema, a versão final do SNUC recomenda, em seus artigos, princípios importantes como:

A criação das Unidades de Conservação deve ser precedida de amplos estudos e de consulta às comunidades interessadas. Deve assegurar, especialmente às populações tradicionais residentes na área ou que dependem de seus recursos, o acesso a esses recursos ou meios alternativos de existência em condições iguais (art. 5º, Inciso X).

Outros artigos tratam de questões relevantes neste sentido. A adequação, à Lei atual, das Unidades criadas em função da legislação anterior (art. 57) estabelece a forma de gerenciamento da área, bem como determina a composição e articulação dos diferentes segmentos administrativos a serem organizados (art. 23).

A aplicabilidade da nova Lei de SNUC está sob a competência do IBAMA, que é o órgão executor do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MMA. Através das Superintendências Estaduais e Técnicas, o IBAMA descentraliza suas ações e tenta alcançar um campo de atuação cada vez

maior. Para organizar suas ações, o IBAMA, com seu Regimento Interno aprovado pela Portaria Nº 445, de 16 de agosto de 1989, estabeleceu as competências dos órgãos e das Unidades; entre elas, ficou instituído, na estrutura das Superintendências, o Núcleo de Unidades de Conservação (Portaria Nº 91/N de 2 de setembro de 1994), tendo como atribuições “executar as tarefas de apoio e acompanhamento técnico/administrativo das Unidades de Conservação” (IBAMA – GTZ, 1997:35-37).

Quanto à participação do grupo no processo de criação e implantação do Parque Ecológico de Engenheiro Ávidos, a pesquisa revelou divergências, no que diz respeito às formas de envolvimento das categorias *agricultor* e *pescador*.

Quanto ao processo de criação da referida Unidade de Conservação, agricultores e pescadores foram unânimes em revelar a ausência de uma consulta popular que estudasse o interesse da comunidade pelo empreendimento.

Nós nunca fomos chamados pra dar opinião sobre a criação desse Parque Ecológico. Quando nós soubemos já foi nos informando das coisas que iam ser proibidas (agricultor, 67 anos, analfabeto, residente em Engenheiro Ávidos há 63 anos).

A expressão manifestada pelos atores foi reforçada pelos agentes da categoria de administradores:

Eu não tenho conhecimento se foi feita por parte do vereador local alguma consulta à comunidade. Nós fizemos só noticiar. Não foi feito inquérito aos moradores se eles aceitariam ou não, não pedimos opinião. Nós achamos que era uma coisa boa e que todo mundo ia achar correto – até porque a própria Constituição Federal já impõe e se a Constituição que é a nossa Carta Magna manda, nós, que somos brasileiros, temos que, forçosamente, cumpri-la. Então os próprios moradores tiveram que aceitar esta idéia. A Lei foi criada pelo Poder Legislativo que, conseqüentemente, foi colocado lá como representante do povo, e então o povo, indiretamente, aprovou que fosse feito isso (Administrador do Parque, 48 anos, 2º grau completo, residente em Cajazeiras-PB).

Sobre a criação desse Parque eu fui informado por terceiros e sei que também não houve consulta na comunidade. Digo isso porque muitos deles vêm me procurar sobre o assunto (Chefe da Unidade local do DNOCS, 39 anos, 2º grau completo, residente em Engenheiro Ávidos há 03 anos).

Conforme as declarações registradas, o processo de implantação da referida Unidade de Conservação vem-se

encaminhando com base em articulações institucionais, lideradas por uma instituição específica (a Prefeitura Municipal de Cajazeiras-PB), que efetiva análises sobre as viabilidades técnicas para a implementação de futuros empreendimentos.

As atividades desenvolvidas não incluem a comunidade, nem outras instituições de influência no local, como agentes ativos no processo de tomada de decisões, o que poderia configurar uma “extensão prática” do modelo adotado na criação do Parque. Este mecanismo enquadra-se na forma de administrar que Brito (1999:238) define como *o controle completo da agência responsável*, considerando-a como uma alternativa de gerenciamento menos complexa, mas que não se tem mostrado eficaz quanto à proteção ambiental, causando ainda perda de informações culturais características da comunidade e até redução da biodiversidade, em alguns casos, quando os atores sociais da comunidade se sentem prejudicados e degradam a área, como respostas às suas insatisfações.

Este é um modelo estratégico de manejo “excludente”, surgido nos anos 60 e 70, amplamente adotado nos Estados Unidos, sem intenção de envolver a comunidade no manejo da área. Porém, de acordo com a UICN (1997:05), atualmente, o modelo eleito para as UCs é aquele “inclusivo”, que compreende residentes humanos e afeta de maneira importante os meios de subsistência dos habitantes locais, levando em consideração o contexto social da área a ser protegida.

No manejo participativo ou compartilhado, a instituição que tem jurisdição sobre a UC, geralmente estatal, desenvolve uma aliança com outros interessados pertinentes, principalmente residentes locais e usuários dos recursos; esta aliança garante as respectivas funções, direitos e responsabilidades dos sujeitos envolvidos, com respeito à UC. Como respaldo legal às orientações prescritas pela UICN (1997: 12), a política estabelecida no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) exige que o processo de gestão das UCs seja feito de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, consideradas as condições, bem como as necessidades sociais e econômicas locais.

Percebemos, portanto, que, no setor ambiental, os modelos atuais exigem profundas transformações de velhos hábitos e atividades burocráticas em entidades mais flexíveis, participativas e adaptadas à realidade local do projeto. Neste contexto, o envolvimento da população local na proteção ambiental torna-se uma prática indispensável para a democratização do processo de gestão das UCs, no

sentido de valorizar os pontos de vista e interesses da comunidade.

6. EXPECTATIVAS DOS ATORES SOCIAIS EM RELAÇÃO ÀS MUDANÇAS NA ÁREA, ADVINDAS DA CONSOLIDAÇÃO DO PARQUE, ENQUANTO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

As expectativas referentes às mudanças que possam ocorrer na área, em termos de alterações estruturais no ambiente físico e nos arranjos socioprodutivos da comunidade, foram demonstradas pelo grupo de forma específica para cada categoria.

Na categoria de agricultores, manifestações de perdas e dúvidas foram registradas através da fala:

Pra minha vida, se for preciso sair da área, só é prejuízo. Sem poder trabalhar lá, vou passar muitas necessidades de alimentação (agricultor, 80 anos, analfabeto, natural e residente em Engenheiro Ávidos).

A vinda do Parque vai tirar a gente do DNOCS. A área que pertence ao governo, pertence a nós também e aí? Acho que se eles inventarem de fazer isso mesmo que se comenta, a gente vai ser jogado pra fora e, afinal, nem nós, nem Parque (agricultor, 56 anos, alfabetizado, natural e residente em Engenheiro Ávidos).

Os pescadores, através de suas expressões, revelaram sentimento de dúvida e insegurança:

A vinda deste Parque pode mudar nossa vida tanto pra melhor, como pra pior. Pra melhor é se surgir algum emprego pra qualquer um de nós. Pra pior é se a gente for tirado de lá, sem direito a nada (pescador, 44 anos, alfabetizado, natural e residente em Engenheiro Ávidos).

Eu entendo que, se vier pra prejudicar o agricultor e o pescador, tá errado. Você acha certo tirar 20 ou 30 agricultores de uma área que tá produzindo, para criar bicho? Se o agricultor pudesse trabalhar dentro, mesmo sendo área de parque, era importante (pescador, 53 anos, analfabeto, natural e residente em Engenheiro Ávidos).

Agricultores e pescadores revelaram-se desinformados sobre a proposta de manejo para a área do Parque e, ao mesmo tempo, inseguros quanto às possíveis alterações que os empreendimentos possam trazer para suas vidas. Nos seus discursos, as intenções de aproveitamento da área não deveriam ultrapassar os limites das atividades de subsistência, fato que pode ser justificado pelo modo de imersão destas categorias ao meio ambiente, uma vez que se

reproduzem socialmente com a utilização dos recursos ali existentes. A vinculação destes atores sociais ao seu meio está enraizada, como afirma TUAN (1980:111-113), na intimidade física do contato diário com os elementos da natureza e na dependência material do usufruto deste ambiente. Por tudo isso, sem um processo de esclarecimento e discussão, no âmbito social, sobre os objetivos e as atividades a serem realizadas com a implantação da UC, as expectativas, nestas categorias, estarão condicionadas às leituras perceptivas que os atores fazem do seu ambiente, resultante do seu modo de vida, da forma de acesso aos recursos ambientais existentes, que, de acordo com TUAN (1980: 91), é a sua experiência conceitualizada. Neste sentido, a falta de esclarecimentos sobre os objetivos das UCs e os benefícios advindos desse empreendimento podem representar uma ameaça aos ritmos socioprodutivos já estabelecidos na comunidade.

CONCLUSÃO

Atualmente, a avaliação sobre estas iniciativas conservacionistas, além de ser uma necessidade, é obrigação presente no âmbito da legislação referente ao processo de implantação das referidas unidades.

As discussões, que antes permeavam apenas as expectativas das organizações associativas das populações tradicionais destas áreas, encontram-se incorporadas no atual Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto, adotado pelo IBAMA (1998:20-38) e contidas nas Normas do PL. 2.892/92, que instituem o Sistema de Unidades de Conservação do Brasil (SNUC). Aspectos como estudos técnicos, ampla consulta à população local e às Instituições de Pesquisa, bem como às organizações da sociedade civil devem preceder a criação de uma Unidade de Conservação (UC). Quando criada pelo Poder Executivo, com base em legislação anterior, a UC poderá ser reclassificada, se for necessário. Este procedimento integra o quadro de subsídios que poderão viabilizar a estruturação de novos modelos para áreas protegidas que, tendo a população local como aliada das atividades de conservação, terão maior possibilidade para alcançar seus objetivos reais.

As Unidades de Conservação têm sido estratégias adotadas para alcançar a preservação ambiental nos diversos ecossistemas com características específicas da região, concentrando uma significativa representação da biodiversidade.

Na região semi-árida do nordeste brasileiro, a forma de ocupação dos espaços geográficos imprimiu alterações nas práticas produtivas e na relação sociedade e natureza. Momentos como a chegada dos colonizadores, no início do século XVII, implantando a pecuária extensiva, associada à agricultura de subsistência; a produção comercial do algodão, em meados do século XIX; e a política de açudagem implementada pelo Governo Federal, com o objetivo de difundir a agricultura irrigada, foram marcantes e delineadores das diversas formas de utilização dos recursos ambientais, na maioria dos casos, causando a sua degradação, ou mesmo exaurindo muitos deles. Contudo, algumas áreas ainda são portadoras de representações dos ecossistemas antes predominantes e, na tentativa de evitar seu completo desaparecimento, o processo de criação de áreas protegidas, através de UC, passa a ser uma resposta alternativa.

O Distrito de Engenheiro Ávidos, inserido neste contexto, é um recorte geográfico e socioambiental que, apesar de ter sido palco de todos os momentos citados anteriormente, apresenta, além de significativa parcela da biodiversidade, em fauna e flora, uma beleza cênica bastante atrativa, fato que estimulou o poder público municipal a criar um Parque Ecológico visando preservar o ambiente. Trata-se de uma área que, oficialmente, está sob o domínio institucional do DNOCS e tem suas atividades controladas pelo referido órgão e pelo IBAMA. Por esta razão, os arranjos socioprodutivos predominantes tiveram influência decisiva destes órgãos.

As formas de ocupação desta área e os padrões de utilização, bem como os modelos sociais existentes, certamente estão registrados nos arquivos dessas instituições. E, embora seja comum um entendimento das organizações sociais a partir de um exame sob o ponto de vista histórico (fornecido pelos órgãos), não se pode negar que um estudo capaz de mergulhar no cotidiano destas populações revela detalhes que, ao olhar de um visitante, provavelmente não seriam percebidos. Estas comunidades desenvolvem estratégias de sobrevivência e criam um laço com o ambiente que ultrapassa os limites do uso pela subsistência. O reconhecimento destes mecanismos sociais convergem no sentido de uma concepção a partir da qual todo e qualquer empreendimento, a ser realizado nestas áreas, deve conceder aos atores sociais locais uma participação nas decisões e atividades. Isto permitiria atitudes democráticas no gerenciamento destas áreas.

As formas como os diferentes grupos percebem determinado empreendimento no seu ambiente influenciam,

potencialmente, as atitudes diante do processo. Isto induz a um fervilhar de opiniões, ações/reações e, nesta configuração, um dos mecanismos para minimizar conflitos é buscar a integração entre os atores envolvidos, não somente como facilitadores da gestão, mas, principalmente, como meio de democratizar as ações e alcançar formas socialmente justas de aproveitar os benefícios, sem fugir do objetivo maior que é a conservação dos recursos disponíveis.

LISTA DE SIGLAS

- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
- PNCD – Programa Nacional de Combate à Desertificação.
- REDESERT – Rede de Informação e Documentação em Desertificação.
- WWF – World Wildlife Fund (ou Fundo Mundial para Natureza).
- IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- ONGs – Organizações Não-governamentais.
- PV – Partido Verde.
- UFPB – Universidade Federal da Paraíba.
- DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
- SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente.
- CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica.
- PBTUR – Empresa Paraibana de Turismo.
- CEF – Caixa Econômica Federal.
- ATECEL – Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz de Oliveira e Extensão na Universidade Federal da Paraíba.
- CIT – Convergência Intertropical.
- SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.
- IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.
- GTZ – Deutsche Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit GmbH.
- UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Renováveis.
- UC – Unidade de Conservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS Geográfico do Estado da Paraíba. Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Grafset, 1985, 99 p.

BRASIL, 1998 [Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998]. *A Lei de crimes ambientais/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis* – Brasília: IBAMA, 1998.

BRASIL, 1998 – *Primeiro Relatório para a Conservação sobre Diversidade Biológica. Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal*. Brasília, 283 p.

BRASIL, 1998 – *Primeiro Relatório para a Conservação sobre Diversidade Biológica. Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal*. Brasília, 283 p.

BRASÍLIA (1997). GTZ/IBAMA (Projeto Unidades de Conservação). Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil. Diretoria de Ecossistemas / DIREC. Brasília, 1997.

CAMARA, João B. D. & BRITO, Francisco A. *Democratização e Gestão Ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. HUCITEC. São Paulo, 1996.

DREW, David. *Processos Interativos Homem-Meio Ambiente*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1994. 224 p.

FEITOSA, A. A. F. M. *Estudo da Percepção dos Diferentes Grupos Ligados ao Parque Ecológico de Engenheiro Ávidos, no Município de Cajazeiras – PB*. 2000. 91 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2000.

MARGALEF, R. *Ecologia*. Barcelona: Omega, 1982. 951 p.

ODUM, Eugene P. *Ecologia*. Ed. Guanabara. Rio de Janeiro, 1988.

PARAÍBA (1999) ATECEL/SEPLAN. Disponibilidade Hídrica Superficial. In: *Plano Estadual e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos*, 1994, 45 p.

REIGOTA, Marcos. *Meio Ambiente e Representação Social*. 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 1997 – (Questões da nossa época; V. 41).

SILVA, Eduardo Peres da R. *Unidades de Conservação do Semi-Árido Brasileiro* – Bioma Caatinga. PNCD/REDESERT. <http://www.mma.gov.br/port/GAB/desert/ucdes.html>. 14 nov. de 1999.

SNUC – *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza* – lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Brasília. MMA/ SBF, 2000. 32 P.

THOMAS, Keith, 1933. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais – 1500-1800/ Tradução João Roberto Martins Filho*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TIGRE, Carlos Bastos. *Pesquisa e Experimentação Florestal para a Zona Seca*. MINTER – DNOCS, Fortaleza, CE. 1972.

TUAN, Yi – Fun. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. DIFEL: São Paulo/ Rio de Janeiro, 1980.

UICN – União Mundial para a Natureza. *Manejo Participativo de Áreas Protegidas: adaptando o método ao contexto*. Temas de Política Social. Outubro 1997, 67 p.

World Wildlife Fund. (1999) *Ecossistemas* – Caatinga. <http://www.wwf.org.br/wwfec07.htm>, 20 julho 1999.

_____ (1998) Notícias: Mais da metade dos Parque Brasileiros existem apenas no papel. http://www.wwf.org.br/wwfno_09.htm, 20 julho 1999.

_____ (1998) Os parques nacionais estão em perigo http://www.wwf.org.br/wwfapea_00.htm, 20 julho 1999.